



LIBERDADE POLÍTICA E REPÚBLICA EM HANNAH ARENDT

RODRIGUES, Cíntia Luzardo¹; SILVA, Ursula Rosa da²

¹ Mestranda em Ciências Sociais (UFPeI). cintialuzardo@hotmail.com; ² Profa. Orientadora, Dra. História (PUC/RS), Doutoranda em Educação (UFPeI), profa. Instituto de Artes e Design (UFPeI). ursula_ufpel@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo integra um projeto de pesquisa denominado “Caixa de Pandora: mulheres artistas e filósofas do século XX”, que se destina a estudar e pesquisar a importância, vida, contextualização e produção dessas mulheres e um projeto de dissertação de Mestrado que estuda a Hannah Arendt dentro da temática do Republicanismo. Nessa perspectiva, essa pesquisa propõe-se a investigar o pensamento político de Hannah Arendt (1906-1975), teórica política alemã destacada no século XX pela obstinação de pensar as perplexidades de seu tempo universalmente e pela busca incessante em compreender os traços sombrios de nossos tempos, marcados pela crise da modernidade.

No presente estudo far-se-á algumas considerações sobre a liberdade política e a coisa pública, categorias que fazem parte da obra de Arendt, e aparecem, sobretudo, em “*Entre o Passado e o Futuro*” (2005), “*O que é Política?*” (2007), “*Da Revolução*” (1988) e “*A Condição Humana*” (2007), e que se constituem como pressupostos relevantes e imprescindíveis para a compreensão de toda sua teoria política.

2. METODOLOGIA

Para se obter os fins propostos, ou seja, investigar os temas da liberdade política e da República em Hannah Arendt é necessário a leitura e análise das categorias políticas da autora com revisão bibliográfica das obras “*Entre o Passado e o Futuro*”, “*O que é Política?*”, “*Da Revolução*” e “*A Condição Humana*”, além de seleção, análise crítica e leitura do material escrito pelos especialistas e comentadores inseridos nesse contexto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como ponto de partida, é necessário que se faça a seguinte distinção: **filosofia-singularidade-liberdade interior versus política-pluralidade-liberdade pública**. A partir dessa dualidade ocorre uma tensão entre filosofia e política. Enquanto na filosofia o pensar se dá no diálogo do eu comigo mesmo, fazendo com que o indivíduo utilize sua liberdade interior, na política, de forma singular, é imprescindível a pluralidade do agir em conjunto no exercício da liberdade pública. “É verdade que o agir também jamais pode realizar-se em isolamento, porquanto aquele que começa alguma coisa só pode levá-la a cabo se ganhar outros que o ajudem” (ARENDT, 2007b, p. 58). Se temos condições de pensar por nós próprios só podemos agir conjuntamente. Assim:

A liberdade que admitimos como instaurada em toda teoria política e que mesmo os que louvam a tirania precisam levar em conta é o próprio oposto da “liberdade interior”, o espaço íntimo no qual os homens podem fugir à coerção externa e sentir-se livres. (ARENDT, 2005, p. 192)¹

A liberdade política para Arendt é condição indispensável para que se dê a ação e decorre do fato de os homens se relacionarem com os outros homens. Ela é o motivo pelo qual os homens convivem organizados politicamente. Na falta desta liberdade a vida política careceria de significado. “A *raison d'être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação” (ARENDT, 2005, p. 192). Neste contexto liberdade, ação política e esfera pública, estão correlacionadas entre si. A esfera pública é o local onde ocorre o discurso e a ação.

Seguindo essa linha de pensamento, após uma leitura minuciosa das obras citadas acima, percebe-se que o principal interesse de Arendt é para com a *res publica*. Essa preocupação demonstra a sua tradição republicana e a importância da liberdade pública, originária dos gregos e concebida positivamente como participação democrática em um espaço que só pode ser produzido por muitos, e não uma liberdade privada e moderna de não interferência.

A verdadeira república para Arendt é aquela que se baseia em uma boa organização, amparada pela voz do povo, ou seja, aquela que concede aos seus cidadãos maior espaço para agir. Quer dizer: “liberdade política ou significa ‘participar do governo’ ou não significa nada”. (ARENDT, 1988, p. 175). O pensamento republicano arendtiano reitera a renovação e a preservação de um sistema de governo que permita a participação ativa e estável dos cidadãos nos negócios políticos em condição de igualdade. Seguindo essa lógica, o republicanismo arendtiano convoca esses cidadãos a se responsabilizarem com sua “república”, visando uma forma de vida cujo fim não seja o interesse pessoal e as vantagens materiais, mas as virtudes derivadas da honra, da glória e da igualdade. Assim sendo:

a República parece oferecer a combinação ideal de estabilidade institucional e abertura para a participação e para a inovação. Ela é a forma moderna de geração do poder e de manutenção do espaço público através das promessas recíprocas, e desse modo talvez devêssemos definir o

¹ Diferença entre liberdade interior e liberdade pública

pensamento arendtiano como uma espécie de republicanismo. (DRUCKER, 2004, p. 10).

Republicanism significa uma teoria da liberdade. Pensar o republicanism de Arendt como parte ativa da tradição republicana, requer o reconhecimento de algumas singularidades que o distinguem dos demais republicanismos e geram algumas preocupações dentro da própria tradição republicana, como também em relação ao liberalismo. Arendt se diz totalmente antiliberal. Embora reconheça que o liberalismo moderno foi responsável por algumas conquistas como os direitos dos indivíduos, as instituições democráticas etc., o que lhe preocupa é o fato desse liberalismo não conseguir fazer frente crítica ao processo de transformação técnica e econômica que a modernidade levou adiante. Tais transformações dizem respeito às modernizações que mudaram o nosso mundo material e modificaram nossa compreensão social e política. Nesse sentido, Arendt busca elementos dentro da tradição republicana para obstar os desafios das transformações técnico-científicas e tentar evitar a pior das conseqüências políticas possíveis, ou seja, o totalitarismo.

O horror que se propaga a todas as considerações políticas–morais e a imediata indignação reagente política e moral tinham em comum a compreensão do que a guerra total significava, de fato, e o reconhecimento de que a condução da guerra total era um fato consumado não apenas para os países de governo totalitário e os conflitos por eles causados, mas sim para o mundo todo. (ARENDR, 2007b, p. 92).

O pensamento político da autora possui raízes na tradição grega. Com certeza ela não defende um ressurgimento puro e simples da sociedade ou da filosofia antiga. O que ela aproveita da Antiguidade Clássica, contrapondo-se à modernidade, é a separação entre as duas esferas da vida humana: a privada, que se destina a satisfação das necessidades e da segurança material e, a pública, que é onde o cidadão, junto com seus iguais, pode agir e exercer sua liberdade em busca de uma política mais justa e igualitária. O espaço público, quando existe e não está adormecido, é capaz de inspirar a conduta humana, fazendo com que cada ser tenha possibilidade de mostrar, para o pior e para o melhor, quem é e do que é capaz, através de palavras e ações.

4. CONCLUSÕES

Após refletir sobre estas questões políticas, percebe-se o quanto atual se torna o pensamento arendtiano, pois a existência de um espaço coletivo onde as pessoas possam, através do exercício de uma liberdade política, garantir sua pluralidade e espontaneidade, torna-se imprescindível para a construção de uma cidadania capaz de dar vida a uma verdadeira política.

Sua trajetória, capacidade crítica e domínio intelectual confirmam a importância do legado que nos deixou. Ela nos ensinou que a compreensão implica em um deixar-se impactar e comover com a vida, com o novo, o que exige estar disposto a olhar o mundo com olhos limpos para reconhecer e entender onde estamos inseridos, as rupturas com a tradição que a modernidade nos trouxe, o que faz do pensamento e da reflexão uma necessidade inextinguível para se manter uma relação lúcida com a política. Como afirma Lafer (2007): “Esta é a sua lição: uma

lição de criatividade intelectual e coragem política, das mais oportunas na presente conjuntura brasileira.” (LAFER in ARENDT, 2007a, P. 352

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

_____. *Da Revolução*. São Paulo/ Brasília: Ática/Ed. Unb, 1988.

_____. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *O que é Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

_____. *A Vida do Espírito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DRUCKER, Cláudia. *O Populismo como Tentativa de Construir um Espaço Público*. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/cefm/textos/CDRUCKER2.DOC> - acesso 14/11/2008.

DUARTE, André. *O Pensamento à Sombra da Ruptura - Política e Filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LAFER, Celso. *Hannah Arendt: Pensamento, Persuasão e Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *A política e a Condição Humana* (posfácio). In: *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.